

## **Repensando a Rede Urbana na Amazônia: Novas Dinâmicas Sócio-Espaciais para Antigas Cidades**

Marcel Ribeiro Padinha<sup>1</sup>

Janete M. G. C. de Oliveira<sup>2</sup>

Universidade Federal do Pará

Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGEO/UFPA

---

<sup>1</sup> Graduado e licenciado em Geografia pela UFPA (2007) possui curso de aperfeiçoamento em Gestão e Cooperação Internacional (2007), é estudante do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPA (2008) sendo bolsista de mestrado do CNPq. E-mail: mpadilha@ufpa.br

<sup>2</sup> Possui graduação em Geografia pela UFPA (1980), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (1983), Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1992) e Pós-doutorado em geografia pela universidade de Barcelona (2006). E-mail: jangencom@hotmail.com

## Introdução

No momento em que pesquisas direcionam sua atenção para o estudo e compreensão da(s) dinâmica(s) das áreas metropolitanas – uma vez que estas consolidam os principais fluxos econômicos, os maiores contingentes populacionais, as grandes desigualdades sociais e, por conseguinte, maior complexidade de problemas e possibilidades –, o enfoque deste trabalho se remete ao estudo de espaços urbanos não-metropolitanos, principalmente por se entender que a rede urbana<sup>3</sup> brasileira, configura-se de modo extremamente complexo, necessitando, portanto, de investigações capazes de contemplar os mais variados aspectos do urbano no Brasil e, de modo particular, da Amazônia.

Busca-se neste trabalho a construção da historiografia dos municípios que compõe a microrregião do Baixo-Tocantins<sup>4</sup> no Nordeste do Pará, a partir dos processos que possibilitaram a atual configuração desta formação sócio-espacial, assim como, identificar o papel que o município de Cametá cumpre na microrregião<sup>5</sup> supramencionada. Mostrar que, ao longo de sua construção histórica, fatores (econômicos, político-militar, culturais e sociais) contribuíram para consolidar este município, enquanto um espaço polarizador da/na microrregião de Cametá. Esses municípios expressam graves problemas sócio-espaciais (econômico, político, social e ambiental) e, nestes “brotam” conflitos de natureza simbólica muito intensa em virtude da correlação estabelecida (ou imposta) pela globalização – que legitima o modo de vida urbano e expande seu “tecido” – a partir de uma dinâmica local (endógena) e outra global (exógena).

Os municípios brasileiros e as redes formadas por estes constituem-se importantes elementos para a investigação científica contemporânea, tanto pela carência de estudos, como, pelo conteúdo social, político, econômico e histórico, que estes comportam. As dificuldades apresentadas à análise dessa temática são muitas, passa pela diversidade da realidade sócio-espacial brasileira e dos próprios municípios, bem como, pela carência de parâmetros de definição e metodologias de estudo.

---

<sup>3</sup> Neste trabalho entende-se rede urbana enquanto *o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si* conforme as proposições de Corrêa (2006).

<sup>4</sup> Para efeitos do presente trabalho, considerar-se-á Baixo-Tocantins o conjunto micro-regional localizado à jusante da UHE de Tucuruí, formado pelos municípios de Cametá, Igarapé-Miri, Baião, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru, e Oeiras do Pará sendo estes mais polarizados por Cametá. Excluindo-se Abaetetuba em virtude de interação mais intensa com a metrópole do que com os demais municípios mencionados.

<sup>5</sup> Neste trabalho considera-se como sinônimo o que seja Baixo-Tocantins e Microrregião de Cametá.

Para o caso do Baixo-Tocantins é oportuno falarmos do ponto de vista dos municípios, posto que, estes possuem uma dinâmica territorial configurada a partir de um a padrão sócio-econômico espacial interativo “*Cidade Sede – Colônia Agrícola – Zonas Ribeirinhas*” ou sinonimamente de “*Cidade – Centro – Sítio*”. É importante ressaltar que esta microrregião é dotada de uma complexidade e especificidades em sua *forma-conteúdo* que a possibilitam entendê-la enquanto uma sub-região.

As cidades desta microrregião (de ocupação antiga) vivenciaram um crescimento urbano nas últimas 04 décadas, que pouco guarda relação com a modernização do campo vivida no Centro-Sul do país. Está relacionado mais com uma pauperização do campo, é um êxodo promovido pelo não desenvolvimento das *forças produtivas, pelo fracasso das políticas de financiamento e assistência técnica (concentradoras de capital e inteligência) pensadas para a região* e das transformações que estas expressam nas *relações de trabalho*. Portanto, pensar a realidade do Baixo Tocantins implica em, não estabelecer analogias ou mesmo importar modelos explicativos de realidades exógenas e traz o desafio de pensar, de outra maneira, a relação cidade-campo<sup>6</sup>.

Apesar de estar sob a influência de complexidades urbanas, *o rural* (campo e várzea) é um espaço marcado por menos mediações do que o espaço urbano. A maior ou menor intensidade dos laços e relações próximas verificados no primeiro depende sobretudo de como os grupos sociais que sobre ele atuam se relacionam com a terra, podendo implicar questões de territorialidade e sentimento de localidade (HAESBAERT, 2004). Podemos dizer então, que o espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou rio (os espaços “natural”) aparecem como um fator primordial que resultam, na criação e recriação de formas sociais com força política local, ou seja, de intensa territorialidade. Tanto isso é verdade para o caso do Baixo-Tocantins que, a formação de movimentos sociais coletivos de ação conjunta, possibilitou, no ano 2000, a chagada ao poder do Partido dos Trabalhadores

---

<sup>6</sup> Em âmbito geral, as definições elaboradas sobre o campo e a cidade podem ser relacionadas a duas grandes abordagens: a *dicotômica* e a de *continuum*. Na primeira, o campo é pensado como meio social distinto que se opõe à cidade. Onde dar-se ênfase sobre as diferenças existentes entre estes espaços. Na segunda, defende-se que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças expressivas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o e/ou integrando-o a realidade urbana (RUA, 2006, p. 82-106).

A unidade sub-regional<sup>7</sup> do Baixo-Tocantins foi intensamente afetada pelo processo de reestruturação do capital – pensada a partir de centros exógenos capazes de desenvolver ações polarizadoras em diferentes escalas (espaços do mandar), a partir tanto da metrópole belenense quanto do Centro-Sul do país ou mesmo de uma cidade global. Reestruturação esta que exigiu o aumento da densidade técnica do território (a criação de sistemas de engenharia) para que, pontos luminosos pudessem ser eleitos e posteriormente conectados à estrutura nodal capitalista.

A microrregião a que se faz alusão está compreendida entre dois grandes projetos pensados e desenvolvidos para a região Amazônia desde a década de 80, o complexo Albrás/Alunorte e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (localizada a montante dos municípios). Cumprindo a sua função de viabilizar o território para o implemento de ações empreendedoras, *a mãe Estado* possibilitou *ao pai Capital* o usufruto do território de forma verticalizada o que promoveu na unidade sub-regional do Baixo-Tocantins estagnação econômica ao invés do tão vislumbrado desenvolvimento em cadeia.

### **Baixo-Tocantins: O Estado, As Elites, Os Movimentos Sociais E A Configuração De Uma Rede Sócio-Espacial**

Desde a ocupação do Brasil (ao longo do século XVII) pelos portugueses o rio e a floresta sempre foram visto como recursos mercadofílos importantes para o enriquecimento da metrópole portuguesa, assim como, das elites locais (portuguesas ou não). Os povoados eram sempre construídos em locais que permitiam uma situação geopolítica favorável (do ponto de vista militar e religioso) e que, ao mesmo tempo, pudessem proporcionar um fluxo de mercadorias entre centros mais complexos e centros de baixa ou simples funcionalidade.

À medida que estes povoados “vingavam” economicamente e avançavam para condições de Freguesias e Vilas, eram mais bem dotados de infra-estrutura e adquiriam um aparato institucional capaz de permitir uma consolidação em termos de ocupação populacional. Em se

---

<sup>7</sup> Entende-se neste trabalho por unidade de uma sub-região, uma unidade de expressão espacial/geográfica de uma dada formação socioeconômica, sendo também, concomitantemente, uma *formação sócio-espacial*. Para o caso do Baixo-Tocantins possuidora de algumas características basilares conforme a perspicácia de Trindade Jr: Presença forte da natureza como recurso, via e representação simbólica; padrão de ordenamento territorial de caráter dendrítico; condição de jusante ou de baixo curso fluvial como definidor de um processo histórico pioneiro na ocupação da região; modelo de urbanização tradicional, com paisagens urbanas tipicamente ribeirinhas; população com fortes raízes culturais e históricas relacionadas à vida local; coesão política e poucas perspectivas de fragmentação territorial; essas são algumas particularidades que definem o Baixo-Tocantins como um subconjunto regional no contexto da região amazônica e especificamente no contexto imediato da Amazônia Oriental.

tratando de Amazônia o rio irá representar o principal meio de transporte para a região, até a implantação dos grandes eixos rodoviários a partir da década de 60. O rio Tocantins, da colônia até os dias atuais, possui importância múltipla para a microrregião do ponto vista econômico, político, e cultural.

Segundo Cardoso e Lima (2006),

O padrão de ocupação vinculado aos rios é o mais antigo, e está associado à natureza extrativa das atividades econômicas praticadas na Amazônia durante séculos; as cidades que apoiaram ciclos econômicos (extração de ervas do sertão, de borracha ou madeira) prosperavam na medida em que funcionavam como entrepostos comerciais, em geral localizadas nas calhas dos rios mais importantes (ex: Negro, Amazonas, Tapajós, Tocantins), onde a atividade portuária e a concentração das casas de aviamento indicavam a extensão de seus *hinterlands*, até que fossem construídas novas rodovias. Deste conjunto fazem parte cidades históricas, tais como Cametá, Santarém, Belém, todas com mais de 300 anos de existência. Estas cidades mais antigas tornaram-se cidades importantes pela infra-estrutura que acumularam e pela diversidade de serviços que oferecem à população. Por outro lado, mesmo as cidades menores localizadas nas margens dos rios foram e ainda são importantes pontos de apoio para a população ribeirinha e rural, abrigando escolas e postos de saúde, ou centros paroquiais, que no passado atraíam em dias de quermesse todos os segmentos populacionais para os serviços religiosos e festas de celebração (nestes dias os pequenos produtores rurais e ribeirinhos calçavam sapatos e vestiam seu traje de festa para se apresentarem na cidade). (p. 66)

Através da formação de uma rede dendrítica (rios) e posteriormente de redes de densidade técnica mais complexa (rios e estradas ou, rios e espaço aéreo<sup>8</sup>), o território viveu momentos de esplendor e estagnação econômica. Politicamente pode-se destacar historicamente a ação de grupos dominantes e subalternizados que tem como objetivo, a consolidação de uma estrutura conservadora-oligárquica e de outro lado a luta por melhores oportunidades de existência espacial (a exemplo dos cabanos e do Movimento dos Atingidos por Barragens localizadas à jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí). Culturalmente é oportuno destacar a utilização do rio enquanto espaço de sociabilidades diversas: lúdica, quando rio é usado para a prática do Lazer e; Simbólica, quando este possibilita a construção e preservação (enquanto resistência) de um imaginário sócio-espacial culturalizante Trindade Jr (2006).

O município de **Cametá**, é o mais importante da unidade sub-regional, possui população estimada (IBGE, 2007) em 110.323 habitantes, compondo uma área de 3.081 Km<sup>2</sup>. Possuindo quatro agências bancárias (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia,

---

<sup>8</sup> Em 1930 passa por algumas cidades ou núcleos populacionais importantes, sob ordem do governo desenvolvimentista do Estado Novo, o paulista Lysias Rodrigues, um oficial da aeronáutica que desceu por todo o talvegue do rio Tocantins, elegendo pontos para a construção de pistas de pouso. É claro que este “eleger” estava diretamente relacionado à força política e econômica das elites locais. É interessante perceber ainda que, o avião passou a ser utilizado 30 anos antes que as rodovias na Amazônia.

Banpará), duas Universidades Públicas (UFPA e UEPA), e quatro faculdades (sendo duas de ensino presencial e duas de ensino à distância), um aeroporto de médio porte, Emater, ONGS, dezenas de movimentos sociais (de camponeses, de pescadores, sindicatos etc), Câmara de Dirigentes e Logistas de Cametá, operadoras de telefonia (Telemar - OI, VIVO, Amazônia Celular, Tim), dois hospitais de médio porte, três rodofluviárias que atuam diariamente fazendo viagens em dois turnos (Cametá-Belém e Belém-Cametá), além de cinco empresas de navegação que realizam o transporte de carga e passageiros duas vezes por semana, tendo como destino a capital do Estado, ainda encontramos indústrias ligadas ao extrativismo vegetal (cultivo e extração do açaí, de polpas de frutas diversas, Castanha-do-pará, palmito etc) e, se presencia a proliferação de *cybes* na cidade-sede.

### **Não Obstante... Como Tudo Começou?**

Falar sobre a formação de uma Rede no Baixo-Tocantins é falar sobre a formação sócio-espacial do município de Cametá posto que, a partir do processo de desintegração territorial que este viveu ao longo de sua história, surgiram outros municípios. A influência exercida por esta, construída em virtude da força política de suas elites, possibilitou e possibilita a cidade-sede deste município, a concentração de serviços e a centralização de algumas decisões institucionais relevantes à sub-região.

Camutá era o nome de uma tribo indígena que habitava a região onde hoje se ergue a cidade de Cametá. E o Camutá-tapera a denominação da aldeia indígena. O primeiro núcleo civilizado, em Cametá, localizou-se na antiga aldeia dos índios Camutá, do ramo dos Tupinambás, a Camutá-tapera, como ainda é chamada, e situada um pouco abaixo da atual cidade de Cametá. Isso ocorreu logo no início da colonização, quando os portugueses passaram a explorar o rio Tocantins. Uma das mais importantes expedições saiu de Belém a 8 de agosto de 1625, tendo como objetivo a evangelização dos índios. Conquistados pela catequese, os índios Camutá ela assentava ali os alicerces da futura capitania.

No ano de 1634, foi criada a capitania de Cametá. Em dezembro de 1635 foi o povoado elevado à condição de Vila com o nome de *Viçosa de Santa Cruz de Camutá*. Da vila partiram várias expedições exploradoras e colonizadoras, sendo a mais referenciada a de Pedro Teixeira em 1637, posto que consolida a posse portuguesa sobre o rio Amazonas.

No começo do século XVIII verificou-se a mudança da vila de Cameté, do local onde primitivamente foi erguida, para onde hoje está a cidade no lugar chamado pelos índios de Murajuba. Não se sabe em que ano e por qual motivo a Vila mudou-se do local onde partiu Pedro Teixeira para a conquista do Amazonas. Existem duas hipóteses para a mudança para o sítio Parajó e Mourajuba onde se assenta atualmente a cidade. A primeira hipótese afirma que, buscando proteger a população de um surto de varíola (1670-1690), causa de muitas mortes na ocasião, foi necessário deslocar-se o povoado para um local menos insalubre. Enquanto que a segunda hipótese defende que a mudança para o local atual foi motivada pela ação de alguns colonos que buscavam burlar a cobrança de impostos por parte dos donatários responsáveis pela Vila.

Hipóteses a parte, é fato que o deslocamento do antigo local para o atual, marcou um período de prosperidade a então feitoria, de posse do senhor Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho. Este, no de 1754 (séc. XVIII), após negociação junto à coroa portuguesa, transfere a posse do território ao governo português. Durante os séculos XVII e XVIII, **todas** as expedições militares que partiam do Pará, abasteciam-se em Cameté, quer de práticos (profissionais capacitados) e remadores, quanto de embarcações e suprimentos, o que nos permite *destacar a função polarizadora do ponto de vista militar exercida por esta cidade em âmbito regional à época*. E isto explica por que o município é o único a ter um destacamento militar em seu território, conhecido popularmente por “Tiro de Guerra” pela sociedade local.

A partir do século de XIX, Cameté<sup>9</sup> como importante entreposto comercial do Pará, centraliza a comercialização da borracha provinda da região dos furos do Marajó e do Tocantins. Esse sistema de exploração e circulação dos recursos naturais, em Cameté possibilitou a reprodução social de ribeirinhos e a formação de uma elite mercantil que sustentou o aviamento<sup>10</sup>, em torno do qual se tornou possível a aquisição de outros bens – compras de terras e propriedades na cidade-sede, além de terras para o extrativismo vegetal.

---

<sup>9</sup> Somente em 1930, através do Decreto nº 06, de 4 de novembro, foi confirmada a condição de Cameté como Município, passando a existir como tal no quadro de ordenamento político-administrativo do Estado.

<sup>10</sup> Compreender o papel exercido pela *economia gomífera e pelo sistema de aviamento* na conformação de um modo de organização social que viabilizou a reprodução social dos povos da floresta e a acumulação de riqueza pela elite comercial, em Cameté, no período de 1850 até 1960, é fundamental para entender a formação do modo de exploração e circulação dos produtos extrativos, que teve a borracha como produto principal da economia extrativa e o sistema de aviamento como um dos suportes mais importantes, para a consolidação de um conjunto de cidades na sub-região (SOUSA, 2002).

O sistema de aviação em Cametá foi mantido por comerciantes e empresários descendentes de portugueses, libaneses, sírios e brasileiros quase sempre descendentes de estrangeiros e, muito raramente, nativos da região Tocantina egressos do extrativismo. Era comum a ação integrada de uma família ou de um grupo de estrangeiros, compatriotas, comerciantes, que estabeleciam a cadeia do aviação entre as ilhas, a cidade de Cametá, a região de terra firme e a cidade de Belém.

Estes grupos eram responsáveis, em Cametá, pela cadeia de circulação dos produtos extrativos e pelo abastecimento dos seringais com os produtos necessários à reprodução social dos camponeses ribeirinhos extratores de borracha. O processo de extração dos produtos da floresta não se limitava ao território do município de Cametá, pois as empresas situadas em Cametá estendiam o sistema de coleta até outros municípios limítrofes (SOUSA, p. 61, 2002)

A extração antiga das drogas do sertão e o estabelecimento das missões, somadas a consolidação da economia gomífera, consolidou uma rede de núcleos urbanos envolvidos na dinâmica da extração e comercialização da borracha, concretizada a partir dos rios – rede dendrítica. A economia da borracha proporcionou o acúmulo de capital àqueles que controlavam a circulação do produto. A hierarquia entre o conjunto de cidades da microrregião consolidou-se a partir da prática do regatão, monopolizada, em especial, pela elite de Cametá.

A importância deste monopólio sobre a circulação dos produtos, pela elite das regiões das ilhas de Cametá, teve como resultante uma política de interiorização institucional de serviços, implantados na cidade-sede de Cametá visando a atender, principalmente aos filhos desta elite que, regressando ao Brasil após estudos na Europa, não abriam mão de desfrutar de algumas melhorias concernentes a infra-estrutura da cidade, posto que já estavam habituados ao cotidiano citadino. As melhorias infra-estruturais e institucionais concentrou-se nesta cidade, em virtude da força econômica das elites cametaenses que figuravam a época entre as dez maiores produtoras de borracha no Pará, entre o fim do século de XIX e o início do século XX (SOUSA, 2002).

Até a década de 60 a base principal da economia amazônica foi a borracha. O município de Cametá, historicamente caracterizado como uma economia predominantemente extrativa tornou-se de fato um centro importante de extração e exportação dos produtos da floresta. Muitas pequenas fábricas de sabão, assim como, madeireiras, de propriedade de estrangeiros que se instalaram na cidade-sede de Cametá, monopolizaram a compra de matéria-prima e a venda de produtos manufaturados a região das ilhas e aos municípios vizinhos. A década supramencionada marca o declínio das atividades relacionadas à economia gomífera e exige das elites, uma



reorganização de suas ações a partir da comercialização da pimenta-do-reino, produto que em semelhança com a borracha possuía alto valor no mercado internacional.

A articulação política entre o governo, federal, estadual e as elites locais proporcionou a chegada e a implantação de um conjunto de instituições de vanguarda (instituições educacionais e de saúde, órgãos técnicos, bancos, etc) para atender às necessidades da sub-região do Baixo-Tocantins concentrando esta densidade técnica institucional na cidade de Cametá, o que evidencia, mais uma vez, a força ou o poderio de barganha das elites locais.

Na década de setenta em Cametá, foi implantado um escritório da EMATER para oferecer assistência técnica aos produtores de pimenta-do-reino e viabilizada linha de crédito, através da agência do Banco do Brasil, destinada à implementação de plantios de pimenta-do-reino. Durante o ciclo deste produto e como resultante do aquecimento da economia municipal e com o processo de expansão da cultura, tornou-se possível a abertura da rodovia PA-156 (atual BR 422), que liga Cametá a cidade de Tucuruí. A abertura possibilitou o avanço dos plantios de pimenta sobre a área de terra firme, situados ao longo da referida rodovia. A abertura de eixos rodoviários muda a configuração dos fluxos – não mais dependente somente dos rios – e estabelece uma estrutura de “rede simples”.

O aquecimento econômico promovido pela pimenta, entretanto, dura um intervalo relativamente curto de tempo (de 15 a 20 anos) e entra em crise. A crise da pimenta-do-reino produziu impactos negativos sobre a vida sócio-econômica do município. E como se já não bastasse isso, outro fator na década de 80 atuou como agravante da situação das populações de Cametá e região. Foi o fechamento das comportas da barragem de Tucuruí, que reduziu sensivelmente o pescado em Cametá, acelerando assim o empobrecimento da maior parcela da população local.

Como tentativa de superar as dificuldades geradas pela crise da economia da pimenta e criar possibilidade de trabalho as famílias residentes na cidade sede e nas áreas ribeirinhas pescadores, extrativistas e camponeses passam a articular uma estratégia de reivindicação conjunta, como forma de atingir a alguns objetivos comuns as coletividades envolvidas no movimento. E para isso criam a Casa do Trabalhador Rural, depois transformada em Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá – CART (SOUSA, 2002).

Esta organização possibilitou a um grande número de trabalhadores do rio, da floresta e do campo a obtenção de financiamento bancário e a renegociação de dívidas pretéritas com as instituições financeiras ligadas ao crédito no município e, ainda assumiu o encargo de fazer as compras de produtos necessários a outras associações de Cametá – Associação da Terra Firme e a Associação das Ilhas – além das associações de pequenos produtores de Mocajuba e Baião.

Podemos afirmar que as duas últimas décadas do século XX, expressam a força dos movimentos sociais da microrregião, são esses os grandes responsáveis por conquistas importantes para o município de Cametá e para a sub-região de maneira geral – melhorias no transporte e a chegada da energia. Se for verdade, como estamos tentando mostrar neste trabalho – que a consolidação da rede de municípios do Baixo-Tocantins deveu-se as ações de suas elites ao longo da história, é também verdade que a luta pela melhoria dos *sistemas de engenharia* e por um nova concepção de desenvolvimento para a região *deve-se as ações de sua sociedade civil – extremamente singular em sua pluralidade neste município.*

### **Os Componentes Da Rede**

O município de **Baião** possui (IBGE 2007) uma população estimada de 26.200 habitantes e sua unidade territorial (área) representa cerca de 3.758 Km<sup>2</sup>. A origem do povoado, que hoje é a sede do município de baião, data de 1694. Em maio de 1833, já na Regência, a povoação fundada há quase século e meio foi elevada à condição de vila.

O município de **Mocajuba** possui uma população estimada em 23.300 habitantes, representando sua área 871 Km<sup>2</sup>. Mucajá é uma palmeira cujo tronco mede de 10 a 11 metros de altura. Seus frutos comestíveis são de grande teor oleaginoso. Da madeira desta palmeira se faz ripas e calhas, de suas folhas tiram-se fibras sedosas e finas. Mocajuba, portanto vem de Mucajatuba, ou Mocajatuba, que em nheengatu quer dizer lugar abundante de mucajás, pois tuba significa “lugar de abundância”. Em 1872 elevou-se a categoria de Vila, com o nome de Mocajuba.

O município de **Oeiras do Pará** possui uma população estimada (2007) em torno de 25.500 habitantes e sua unidade territorial abarca 3.852 Km<sup>2</sup>. Nos tempos coloniais, o nome do povoado, depois Vila, era Araticu. Até que Mendonça Furtado, quando da criação de Vilas na Amazônia deu-lhes topônimos portugueses – mudou para sua denominação para Oeiras. Sua fundação é anterior a 1653, ano de chegada do Padre Antônio Vieira que, como superior da

Companhia de Jesus enviou os seus comandados ao rio Araticu a fim de fundar ali uma Missão com a incumbência de catequizar os índios do mesmo nome que habitavam a região. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador da província do Pará na viagem que fez em 1758 à barra do rio Negro, ao passar por aquela localidade pessoalmente erigiu a Aldeia de Araticu em Vila, fazendo-a instalar em 20 de janeiro de 1758 atribuindo-lhe a denominação de Oeiras.

O município de **Limoeiro do Ajurú** possui uma área de 1490 Km<sup>2</sup> e população estimada (2007) em 23.900 habitantes. Este município foi criado em 29 de dezembro de 1961, sendo seu território criado com parte do distrito de Joana Coeli, do município de Cametá<sup>11</sup>, e parte do distrito sede do município de Oeiras do Pará.

O município de **Igara-pé Miri** possui população estimada (2007) em 54.700 habitantes e extensão territorial de 1.997 Km<sup>2</sup>. A origem da atual cidade sede do município foi uma fábrica para aparelhamentos e extração de madeira. Igarapé-Miri foi freguesia até o ano de 1843 quando ganhou a autonomia municipal (Decreto nº 113, de 16 de outubro).

Todos estes municípios são marcados pela baixa complexidade dos serviços que oferecem, pelo dinamismo de seu comércio realizado em suas feiras, local de encontro entre conteúdos urbano e rural. Para Cardoso e Lima (2006),

A necessidade de abastecimento da população em uma região geograficamente tão isolada promoveu a difusão das feiras e alavancou a atividade comercial e a condição urbana, nas cidades e vilas das margens dos rios. Os produtos oriundos da zona rural (floresta, várzea, beira dos rios) eram concentrados na cidade ou vila, e a partir delas comercializados. As feiras tornaram-se pontos de grande interesse e convergência nas aglomerações a beiro dos rios, articulando a população ribeirinha de diferentes localidades, entre si e com a população urbana, ampliando as alternativas de consumo da população em geral. (p. 67)

O transporte fluvial continua a ter significativa importância para estes municípios possibilitando uma interação entre estes e a metrópole. É importante destacar também que antes mesmo, da “chegada” das rodovias BRs e PAs, o transporte aéreo era realizado com regularidade por aviões de pequeno porte entre a microrregião e Belém, assim como, entre os próprios municípios.

---

<sup>11</sup> No ano de 1956, houve a tentativa de provocar o desmembramento de parte de sua área territorial para dar lugar ao nascimento do Município de Limoeiro do Ajuru. Essa tentativa ficou registrada pela promulgação da Lei nº 1.127. Entretanto, a iniciativa não prosperou devido a que o Supremo Tribunal Federal declarou a referida lei como ato inconstitucional. Em 1961, o desmembramento foi efetivado, mediante a promulgação da Lei nº 2.460, e Cametá para permite a criação do novo Município, perdeu as terras pertencentes ao distrito de Joanna Coeli.

Com a expansão de “sistemas de engenharia” (Alça Viária, eixos rodoviários e energia elétrica) a partir da segunda metade dos anos 90, intensifica-se o fluxo para esta unidade Sub-regional o que explica a chegada de faculdades de ensino à distância, a proliferação de *lan house* (dentre outros serviços que antes não faziam parte da realidade destes municípios), o aumento do comércio do açaí transportado agora principalmente pelas rodovias (PA 151), aumento de fluxos de turistas para acompanhar festividades religiosas tradicionais e o período carnavalesco.

Percebe-se ainda que em virtude da melhoria das condições de tráfego na PA 151, municípios como Igarapé-Miri, Mocajuba e Baião atravessados por esta rodovia estadual, ganham a oportunidade de reviver seus setores agrícolas e, já se nota que uma parte da população destes municípios antes vinculada de maneira intensa com rio, passa agora, a ocupar as margens da PA 151 buscando novas oportunidades de sobrevivência. Processo este digno de futuras pesquisas.

Estes municípios tão carentes em infra-estrutura e serviços de qualidade estão sendo timidamente contemplados pelas obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC<sup>12</sup>.

No que se refere ao processo de desenho da rede de municípios formadora da sub-região do Baixo-Tocantins, é interessante lembrar que a então sesmaria de Camutá estendia-se por todo o vale do rio Tocantins. E que a partir do final do século XVIII a sesmaria passa a sofrer desmembramentos territoriais por diversos motivos, daí o surgimento de municípios como Baião, Mocajuba e limoeiro do Ajuru. Estes municípios são polarizados em âmbito microrregional por Cametá devido à concentração de serviços e a centralização de algumas decisões político-intituicionais neste município.

### III – PARA (NÃO) CONCLUIR

Neste trabalho buscou-se mostrar que a formação da rede de municípios do Baixo-Tocantins se consolidou a partir da cidade-sede do município de Cametá. Que a força política

---

<sup>12</sup> A saber, até o momento, temos as seguintes obras previstas ou em andamento para a região: Igarapé-Miri: Ampliação do sistema de abastecimento de água na sede municipal - captação, adução, tratamento, reservação apoiada e elevada, elevatória de água tratada, rede de distribuição e ramais prediais, Projeto Água na Escola, Elaboração de Plano Municipal de Habitação; Cametá: Projeto Água na Escola, Produção de Lotes Urbanizados - Sede do município; Limoeiro do Ajuru: Ampliação do abastecimento de Água na sede municipal; Oeiras do Pará: Ampliação do abastecimento de água na sede do município, Projeto Água na Escola; Mocajuba: Produção Habitacional em duas comunidades do município.

das elites da região (as relacionadas ao comércio das drogas do sertão, da borracha, da pimenta-do-reino e de outros produtos importantes) consolidou este município como um centro, que sendo mais bem dotado de um conjunto de uma densidade técnica e institucional exerce uma função polarizadora em uma escala microrregional.

Cametá é uma região onde historicamente se explorou os recursos naturais, inclusive a borracha. O fato de haver uma ampla base de recursos naturais em seu território, associados a outros fatores – a importância da elite política de Cametá no episódio da Cabanagem; a proximidade do município de Belém; a relativa facilidade de locomoção e acesso as regiões das ilhas situadas no município de Cametá; a tradição da população nativa daquele município de navegar em canoas pilotadas a remo; o tempo de chegada dos brancos em Cametá e a forte presença de estrangeiros no município - leva a crer que o referido município está, entre as primeiras áreas do Pará onde se iniciou o processo de coleta de cacau, castanha do Pará e borracha, como já foi demonstrado pela literatura especializada. (SOUSA, p.49, 2002)

Vimos que esta cidade tornou-se importante por vários fatores históricos: posição sumamente estratégica do ponto de vista militar, força política e econômica de suas elites, forte coesão social de seus movimentos sociais nas últimas décadas. Este texto expressa alguns levantamentos e reflexões feitos/feitas aqui por nós. E espera ter cumprido seus modestos objetivos.

Entende-se aqui ser necessário, a realização de reflexões sobre os municípios amazônidas a partir da riqueza de suas sociabilidades atentando para aspectos muito marginalizados (ainda hoje) pelas pesquisas acadêmicas tais como: a festa, o trabalho e a vizinhança, importantíssimos para entender a formulação de um saber menos reducionista (no que concerne às cidades do Baixo-Tocantins) e que enxergue o espaço como construção, como multiplicidades de sociabilidades ou coexistência de mundos diferentes e como processo em constante devir, conforme salienta Massey (2004). Aspectos estes a serem desenvolvidos em futuros trabalhos.

Dito isto, políticas de ordenamento territorial devem ser pensadas a partir das realidades locais e das potencialidades regionais. A microrregião do Baixo-Tocantins é um verdadeiro laboratório para desenvolvermos maturidade intelectual, tendo como objetivo a construção de políticas de desenvolvimento sócio-espacial para esta, de maneira integrada a dinâmica, cada vez mais complexa, de inserção da Amazônia na divisão territorial do trabalho. Desenvolver um esforço e tratar como Totalidade dinâmica e paradoxal a relação estabelecida entre a Cidade-Sede e o município é condição *sine qua non* para o entendimento, do papel que cabe as unidades

sub-regionais que conformam o Baixo-Tocantins dentro de um contexto meso-regional e regional.

As cidades-sedes desta unidade sub-regional possuem uma ligação com seu entorno ribeirinho e rural riquíssima de processos potencializadores de um modo de vida mais digno para as sociedades que a vivem. A necessidade de ações voltadas para o desenvolvimento e a inclusão social na Amazônia se põe para o campo da mesma forma que para a cidade, pois, tanto num espaço como no outro, grande parte de nossas classes subalternas não alcança a plena cidadania. Elas vivem numa condição de constante instabilidade, deslocando-se entre o espaço rural e o urbano a procura de melhores condições de vida.

Neste sentido, o campo não pode ser concebido apenas como complementar a cidade e paisagem a ser consumida. Ele pode e deve ser portador de novas experiências que contribuam para a superação de problemas estruturais de nossa sociedade como o *apartheid social*. Um projeto de desenvolvimento rural que vise à inclusão social a partir da melhoria geral das condições de vida e da realização de novas atividades no campo deve se basear no processo de descentralização política e de valorização de saberes locais. Discutir alternativas para o campo apoiadas, sobretudo em demandas da cidade implica forte risco de manutenção da população rural em situação de subordinação conforme as reflexões de Marques (mimeo).

Para tanto é necessário maior número de estudos sobre esta microrregião, tendo por intuito tirá-la da condição de inclusão precária Haesbaert (2004) devido se quer encontrar-se na penumbra de espaços luminosos criados em seu entorno. Conforme as contribuições de Trindade Jr, precisamos reconhecer identidades regionais (tão marcantes nesta sub-região) para podermos propor políticas de caráter regional. Mas,

“Mais do que isso, (*para podermos*) apresentar novos rumos para o ordenamento territorial que esteja assentado em identidades, sem descartar o reconhecimento de diferenças e singularidades que imprimem sentidos específicos aos lugares no conjunto do espaço regional.” *Grifo nosso* (TRINDADE JR, 2006, p.363)

## REFERÊNCIAS

- CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. Tipologias e Padrões de Ocupação na Amazônia Oriental. In: CARDOSO, A. C. D. (Org.). *O Urbano e Rural na Amazônia*. 1 ed. Belém: Editora da UFPA, 2006, v. 1, p. 55-93.
- COSTA, G. da S. *Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia*. Belém: UFPA/NAEA, 2006.
- CORRÊA, R. L. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Hinterlândia, Hierarquias e Redes: Uma Avaliação da Produção Geográfica Brasileira*. In: CARLOS, A F.A. Os Caminhos da Reflexão Sobre A Cidade E O Urbano. São Paulo: EDUSP, 1994.
- EMMI, M. F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais*. 2ª edição. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- GOMES, R. C. C., SILVA, A. B., e SILVA, V, P. da. *Buscando Compreender as Pequenas Cidades*. SIMPURB-MANAUS-AM, 2005.
- GOTTDIENER, M. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: editora EDUSP, 2ª Ed, 1997.
- HAESBAERT, R. *Territórios Alternativos*. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O Mito da Desterirritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- MAIA, D. S. *Cidades Pequenas: Como Definí-Las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas*. SIMPURB-MANAUS-AM, 2005.
- MARQUES, M. I. M. *O conceito de espaço rural em questão*. Mimeo.
- SPÓSITO E. S., SPÓSITO M. E. B. & SOBARZO, O. *Cidades Médias: Produção do Espaço Urbano e Regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SEABRA, O C. de L. A Insurreição do Uso. In: MARTINS, J. de S. *Henri Lefebvre e o retorno à Dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- SOARES, B.R., e MELO, N.A. *Pequenas Cidades: uma revisão do tema*. SIMPURB-MANAUS-AM, 2005.
- SOUSA, R. V. *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*. Belém: UFPA/NAEA, 2002.
- RUA, J. *Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades*. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 82-106, fev. 2006.

TRINDADE JUNIOR, S.C da. *Pensando a Concepção de Amazônia*. In: (Orgs). *Panorama da Geografia Brasileira I*. São Paulo: Annablume, 2006.

TRINDADE JR, S. C. da. *Baixo Tocantins: Unidade Sub-Regional na Amazônia Oriental*. Departamento de Geografia da Universidade Federal do Pará, Mimeo, 2005.